

**Política Externa e Jornalismo: Uma análise das estratégias argumentativas acionadas nos discursos diplomáticos e jornalísticos**

---

**Foreign Policy and Journalism: An Analysis of Argumentative Strategies Used in Diplomatic and Journalist Discourse**

**Política Exterior y Periodismo: Un análisis de las estrategias argumentativas utilizadas en los discursos diplomáticos y periodistas**

Andressa Prates<sup>1</sup>

Universidade Federal de Santa Maria

Brasil

ORCID: 0000-0002-9096-8191

[andressa.prates@acad.ufsm.br](mailto:andressa.prates@acad.ufsm.br)

Rejane de Oliveira Pozobon<sup>2</sup>

Universidade Federal de Santa Maria

Brasil

ORCID: 0000-0002-4828-3148

[rejanepozobon@gmail.com](mailto:rejanepozobon@gmail.com)

**Abstract:** This article aims at presenting argumentation from its theoretical-methodological perspective, based on Amossy (2018a; 2018b) and Charaudeau (2012). We have used this perspective to investigate the argumentative strategies of diplomatic and journalistic discourses in the construction of Brazil's public images in the world arena (from 1988 to 2022). We have analyzed Brazil's speeches at the UN General Assembly and Folha de S. Paulo's reports on these meetings. We have observed that peace is considered by diplomacy as an utmost value. The guidelines for conducting Brazilian Foreign Policy (PEB) are also recurring themes. The analysis of journalistic discourses has allowed us to identify that in some periods, the journalistic construction marks opposition to the government and the conduct of the PEB, acting as an

---

<sup>1</sup> Jornalista. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas *Mídia, Discurso e Comunicação Pública* (UFSM/CNPq).

<sup>2</sup> Jornalista. Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria. Docente do Programa de pós-graduação em Comunicação (POSCOM/UFSM). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas *Mídia, Discurso e Comunicação Pública* (UFSM/CNPq).

important political actor in the diplomatic field and hence contributing to the construction of public opinion and dissemination of values related to PEB.

**Keywords:**

Argumentation, Discourse, Argumentative strategies, Public Image, Brazilian Foreign Policy

**Resumo:** Este artigo objetiva apresentar a argumentação em sua perspectiva teórico-metodológica, a partir de Amossy (2018a; 2018b) e Charaudeau (2012). Utilizamos tal perspectiva para investigar as estratégias argumentativas de discursos diplomáticos e jornalísticos na construção das imagens públicas do Brasil (de 1988 até 2022). Analisamos os discursos do Brasil na Assembleia Geral da ONU e os textos da Folha de S. Paulo sobre esses encontros. Observamos que a paz é acionada pela diplomacia como um valor supremo. As diretrizes da condução da Política Externa Brasileira (PEB) também são temas recorrentes. A análise dos discursos jornalísticos nos permitiu identificar que em alguns períodos a construção jornalística marca oposição ao governo e à condução da PEB, atuando como um importante ator político no campo diplomático e contribuindo com a construção de opiniões públicas e com a disseminação de valores sobre a PEB.

**Palavras-chave:**

Argumentação, Discurso, Estratégias argumentativas, Imagem Pública, Política Externa Brasileira

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo presentar el argumento desde su perspectiva teórico-metodológica, basado en Amossy (2018a; 2018b) y Charaudeau (2012). Utilizamos esta perspectiva para investigar las estrategias argumentativas de los discursos diplomáticos y periodísticos en la construcción de las imágenes públicas de Brasil (de 1988 a 2022). Analizamos los discursos de Brasil en la Asamblea General de la ONU y los textos de Folha de S. Paulo sobre estas reuniones. Observamos que la paz está impulsada por la diplomacia como valor supremo. Las directrices para la conducción de la Política Exterior Brasileña (PEB) también son temas recurrentes. El análisis de los discursos periodísticos permitió identificar que en algunos períodos la construcción periodística marca oposición al gobierno y a la conducta del PEB,

actuando como un importante actor político en el campo diplomático y contribuyendo a la construcción de opiniones públicas y la difusión de valores sobre el PEB.

**Palabras clave:**

Argumentación, Discurso, Estrategias argumentativas, Imagen Pública, Política Exterior Brasileña

**1. Introdução**

Este artigo é uma sistematização dos resultados de pesquisa obtidos em uma tese de doutoramento. Ao darmos início ao mapeamento de pesquisas sobre comunicação e política externa, tivemos a dimensão da necessidade que o campo tem de ampliar a compreensão sobre a sua relação com a política externa e relações internacionais. Constatamos também que são escassos os estudos que se debruçam sobre os discursos diplomáticos enquanto objeto de pesquisa da Comunicação Política e enquanto gênero discursivo de relevância para a projeção da imagem de um país. E ainda, que são insuficientes as pesquisas que reúnem os dois gêneros: discursos diplomáticos e jornalísticos, a fim de investigar as afetações de um sobre o outro. Da mesma forma, são poucas as pesquisas que se dedicam a questões relativas à intersecção da comunicação com a diplomacia, principalmente na Comunicação.

Uma das perspectivas para analisar a atuação da mídia na atividade diplomática foi sistematizada por Eytan Gilboa (2001) em três modelos conceituais: diplomacia pública, diplomática da mídia e diplomacia da mídia intermediadora. Os conceitos visam auxiliar no entendimento das relações estabelecidas entre a política internacional e a comunicação e, sobretudo, as afetações na relação entre nações ou mesmo os impactos que acontecimentos domésticos impõem sobre a imagem de países e governantes no exterior.

A partir destas percepções preliminares, nos propomos a investigar a relação entre o jornalismo e a política externa brasileira (PEB), por meio dos discursos diplomáticos do Brasil e a repercussão de determinados acontecimentos deste campo na construção noticiosa, a partir da perspectiva da argumentação discursiva.

Partindo da compreensão do nosso sistema democrático e sua relação com a comunicação, entendemos que ele depende da visibilidade proporcionada pelos meios de comunicação, e mais especificamente do jornalismo político, para a sua manutenção. Sendo a

qualidade da democracia também relacionada à capacidade do jornalismo em não somente emprestar visibilidade aos assuntos de ordem política, mas sobretudo, de dar à opinião pública a capacidade de refletir e interpretar os assuntos noticiados. Quanto mais limitados e padronizados os quadros de sentido produzidos pelo jornalismo político, e quanto menor a sua capacidade em problematizar os fatos, menor a capacidade crítica da recepção.

As questões exteriores são complexas e exigem também que os cidadãos se interessem pelos temas; e para despertar esse interesse a população precisa ter acesso ao conhecimento de como tais questões afetam o seu dia a dia. Percebemos que nos últimos anos as questões relacionadas à política externa nacional ganharam mais destaque e, assim também, maior importância no cenário das discussões políticas, inclusive durante o período eleitoral. Partindo destas observações, nos propomos investigar as estratégias argumentativas acionadas pelos discursos diplomáticos e jornalísticos na construção de imagens públicas sobre o Brasil.

Para isto, iniciamos o artigo abordando aspectos teóricos que colocam o estudo da argumentação como um ramo da análise do discurso (Amossy, 2007; 2008; 2016; 2018a; 2018b). Também trazemos a compreensão de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), e Charaudeau (2012) para compreendermos a teorização sobre análise discursiva. Apresentamos as estratégias argumentativas que nos auxiliaram na identificação dos eixos argumentativos dos discursos (Amossy 2018a; 2018b; Pozobon, 2019; Perelman e Olbrechts-Tyteca, 2005) e na identificação das imagens públicas do Brasil projetadas nos discursos e apresentamos as considerações finais.

## **2. A argumentação como uma dimensão constitutiva dos discursos**

Se “toda fala tende a fazer compartilhar um ponto de vista, uma forma de reagir a uma situação ou de sentir um estado de fato” (Amossy, 2016, p. 174), então a argumentação está imersa em praticamente todos os discursos. Desde que haja uma tese, uma opinião, um sentimento, ou uma observação divergente, há argumentação.

Para Amossy (2018a) é importante destacar a materialidade linguageira da argumentação; entendendo que a argumentação acontece na troca, na interação entre dois ou mais parceiros. O eixo de comunicação e interação conferem à análise da argumentação no discurso um caráter institucional e social que devem ser apreciados. E são estes dois aspectos (materialidade linguageira e entrecruzamento do linguístico e do social) que caracterizam a argumentação no discurso como um ramo da Análise do Discurso.

Na perspectiva de que “todo discurso tem como propósito a tentativa de modificar, ou de compartilhar, uma ideia, uma crença ou um posicionamento” (Prates e Pozobon, 2020), é preciso que se delinieie quando um discurso busca somente orientar e quando ele visa persuadir. Neste sentido, o discurso pode ter uma visada ou uma dimensão argumentativa. Os discursos de dimensão argumentativa buscam orientar, problematizar e compartilhar. Já os discursos de visada argumentativa têm como missão persuadir, convencer.

De fato, é importante compreender, simultaneamente, como o discurso faz ver, crer e sentir, e como ele faz questionar, refletir, debater. Na prática linguageira, essas duas tendências estão intimamente ligadas e são, por vezes, indissociáveis. É por isso que a teoria da argumentação no discurso – explorando não somente a visada, mas também a dimensão argumentativa da fala – deseja cobrir um vasto inventário de discursos que ora conquistam a opinião, ora simplesmente orientam o olhar. Nessa perspectiva, considera-se que, na relação intersubjetiva, a fala eficaz não é somente aquela que manipula o outro, pois ela é também aquela que compartilha do raciocínio e do questionamento. (Amossy, 2018a, p. 11)

Ao abordar a construção discursiva das mídias, Charaudeau (2012) também fala sobre a tensão entre duas visadas. No caso abordado pelo autor, ele trata do contrato de comunicação midiática, em que existem duas visadas: a do *saber fazer*, ou da informação, e a visada do *fazer sentir*, que é a visada da captação. Segundo o autor, por estarem sempre na tensão entre credibilidade e captação, o discurso midiático tende a navegar entre os dois polos a depender da natureza dos acontecimentos narrados. Ao justificar o uso da emoção no discurso midiático, ele compartilha da visão de Amossy sobre a dimensão social e institucional do discurso de que as emoções são também parte. Sendo a emoção um fenômeno da racionalidade humana.

Para satisfazer esse princípio de emoção, a instância midiática deve proceder a uma encenação sutil do discurso de informação, baseando-se, ao mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural e no conhecimento dos universos de crenças que aí circulam – pois as emoções não são um infável aleatório. Elas são socializadas, resultam da regulação coletiva das trocas. (Charaudeau, 2012, p. 92)

Para Charaudeau, o discurso argumentativo se expressa através de uma atividade cognitiva quadruple, sendo necessário: problematizar, tomar posição, elucidar e provar. Desta forma, a argumentação é dirigida ao interlocutor com o objetivo de apresentar a ele uma realidade, questionar e apresentar uma tomada de posição, com base em comprovações (ou argumentos de prova), tendo como finalidade o levar a aderir à mesma tese.

Amossy (2016) considera que a argumentação, no sentido apresentado, seria condenada a dominar o outro, mesmo havendo espaço para o interlocutor se manifestar. O que ressalta um aspecto importante da teoria de Charaudeau, que é a relação entre discurso e poder, tendo em vista o jogo de força no discurso argumentativo apresentado pelo autor.

Amossy ressalta que sua teorização traz a retórica (especialmente de Perelman) como herança. Perspectiva que valoriza a negociação da diferença na interação dos sujeitos (Amossy, 2016). De Aristóteles, a perspectiva de Amossy adota os três componentes clássicos da retórica: *logos*, *pathos* e *ethos*; “e é a maneira como essa operação os liga em uma troca concreta ocorrida em uma situação de discurso particular que confere à fala sua força de persuasão” (Amossy, 2008, p. 134).

Um aspecto importante da teoria da argumentação no discurso diz respeito à “encenação do orador”, tendo em vista que todo orador constrói uma imagem de si ao proferir a palavra (Amossy, 2018b). Pensando na análise do discurso diplomático, compreendemos que este se investe do *ethos* profissional e da legitimidade que lhe é conferida para construir suas narrativas. “Os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório” (Amossy, 2018b, p. 10).

Em relação ao efeito *pathemico*, percebemos que as emoções podem ser percebidas no discurso através, por exemplo, de julgamentos de valor. Portanto, Amossy defende que as emoções podem fazer parte da argumentação. “É nessa perspectiva que a argumentação no discurso se aplica em buscar na própria trama dos textos a imbricação constitutiva do *pathos* e do *logos*” (Amossy 2018a, p. 206).

Retomando a questão da imagem de si, na retórica clássica, o *ethos* se confunde com a questão da moralidade. Embora Aristóteles compreendesse o *ethos* como o caráter e a imagem de si projetada pelo orador em seu discurso, ele também considerava que a autoridade conferida ao orador deriva dos seguintes aspectos: prudência, virtude e benevolência. Já Isócrates e Cícero trazem a moralidade como um aspecto central para o *ethos* do orador (apud Amossy, 2018a). Ou seja, as questões ligadas ao nome, à família, à reputação e aos modos de se comportar compunham o *ethos* do orador e eram aspectos considerados importantes para a eficácia da persuasão.

Enquanto nas ciências da linguagem a noção de *ethos* está ligada à enunciação. Neste sentido, de acordo com Amossy (2018a): “A imagem de si é, assim, apreendida por meio das

marcas verbais que a constroem e a propõem ao parceiro da interlocução. A linguística da enunciação fornece uma primeira ancoragem à análise do *ethos* aristotélico” (p. 84).

Para Amossy (2018a), o *ethos* na análise argumentativa deve ser compreendido com base no discurso que constrói uma imagem de si e que, ao mesmo tempo, se funda em dados preexistentes. É o que a autora classifica como *ethos* prévio ou pré-discursivo. “Ele precede à tomada de palavra e a condiciona parcialmente. Ao mesmo tempo, deixa no discurso traços tangíveis que podem ser identificados, ora nas marcas linguísticas, ora na situação de enunciação que está na base da troca” (p. 90). Desta forma, para que se compreenda o *ethos* discursivo é necessário que se conheça o contexto em que o discurso é proferido, em seus aspectos sociais e institucionais, a representação prévia que se tem sobre o orador e a imagem que o locutor projeta na enunciação.

Ao abordarmos a construção discursiva em sua dimensão racional, emocional e a construção do orador, se torna imprescindível que falemos sobre a adaptação que orador faz em seu discurso com base no auditório. De acordo com Amossy (2018a), “o auditório possui um papel capital na medida em que ele define o conjunto das opiniões, das crenças e dos esquemas de pensamento no qual a fala, que visa levar à adesão, pode se apoiar” (p. 54). Logo, compartilhamos com a autora a compreensão de que a construção do auditório é uma estratégia discursiva.

No discurso, o auditório é uma construção porque é baseado na imagem/representação que o locutor tem de seu público. E quanto mais próxima a imagem for da realidade, maior a eficácia da argumentação. “O orador trabalha, então, para elaborar uma imagem do auditório na qual este desejará se reconhecer. Ele tenta influenciar opiniões e condutas mostrando a esse auditório um espelho no qual sentirá prazer em se contemplar” (Amossy, 2018a, p. 77). No discurso diplomático, a construção do auditório é baseada também na representação que o locutor acredita que o público tem sobre o seu país e na imagem que deseja construir sobre a nação que representa. Neste caso, o orador não fala por ele mesmo, mas sim em nome do seu país, servindo no momento do pronunciamento como um porta-voz da nação, em um processo de despersonalização do orador (Pimentel e Panke, 2020). Em geral, esse é o papel do diplomata. Como exemplo, citamos um trecho do discurso do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas, proferido pelo chanceler Luiz Felipe Lampreia, em 1995: “Ao abrir hoje este debate, o Brasil quer renovar seu compromisso inabalável com os princípios da Carta das Nações Unidas”.

Tomemos como outro exemplo de discurso diplomático do Brasil nas Nações Unidas o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff na Assembleia Geral, em 2011, em que há o uso do *ethos* da mulher como uma estratégia argumentativa. Como em todos os outros discursos proferidos no âmbito da Assembleia Geral da ONU, o orador fala para um público formado por representantes das nações de quase todo o planeta. As palavras escolhidas por um chefe de Estado, nesta ocasião, podem repercutir positiva ou negativamente para cidadãos espalhados por todos os países. “Pela primeira vez, na história das Nações Unidas, uma voz feminina inaugura o Debate Geral. É a voz da democracia e da igualdade se ampliando nesta tribuna, que tem o compromisso de ser a mais representativa do mundo” (Rousseff, 2011, p. 1).

Como primeira mulher eleita para a Presidência da República, Dilma se utiliza do *ethos* de representante feminina na busca pela igualdade e representatividade, que são também valores defendidos pela ONU. A presidente também busca falar diretamente às mulheres para quem ela deseja atingir com sua fala: “Divido esta emoção com mais da metade dos seres humanos deste Planeta, que, como eu, nasceram mulher”. Percebemos que mesmo falando para um auditório homogêneo, a oradora tem como propósito atingir principalmente o público feminino de quem ela imagina alcançar maior reconhecimento e, assim, afetar diretamente despertando, em suas palavras, o “justificado orgulho de mulher”.

Voltando sua fala para o auditório em toda sua homogeneidade, Dilma continua: “Mais que nunca, o destino do mundo está nas mãos de todos os seus governantes, sem exceção. Ou nos unimos todos e saímos, juntos, vencedores ou sairemos todos derrotados”. Ao usar as expressões “nos unimos todos” e “juntos”, a oradora busca levar o público à reflexão sobre a crise econômica mundial e persuadi-lo para que todos os países participem da solução de tais problemas.

Nesta breve observação sobre o uso do *ethos* e da construção do discurso com base no auditório, propomos exemplificar a construção do *ethos* e do auditório como estratégias na argumentação.

Em algumas situações identificamos que os discursos diplomáticos – que cumprem a função de comunicação de Estado - se confundem com comunicação de governo. Destacamos dois exemplos em que discursos de presidentes se aproximaram de discursos de campanha, situação em que as ações de governo voltadas ao âmbito doméstico tiveram mais destaque do que as demais temáticas. O primeiro deles foi proferido pela presidente Dilma Rousseff, em

2014, e o segundo por Jair Bolsonaro, em 2019. Lembrando que a Assembleia Geral das Nações Unidas acontece anualmente no mês de setembro e as eleições presidenciais no Brasil acontecem a cada quatro anos, no mês de outubro.

Em 2014, Dilma Rousseff, que era candidata à reeleição, foi criticada pelos meios de comunicação por ter usado o espaço na ONU para campanha eleitoral. Ela abordou várias ações do governo na política interna, entre elas sobre índices de geração de emprego, saúde, educação e economia. Abaixo apontamos alguns trechos do discurso:

Abro este Debate Geral às vésperas de eleições, que vão escolher, no Brasil, o Presidente da República, os Governos estaduais e grande parte de nosso Poder Legislativo. [...] Nos últimos doze anos, em particular, acrescentamos a essas mudanças conquistadas a construção de uma sociedade inclusiva baseada na igualdade. [...] Trinta e seis milhões de brasileiros deixaram a miséria desde 2003; 22 milhões somente no meu governo. (Rousseff, 2014, ONU)

Em 2019, apesar de não ser ano eleitoral, Jair Bolsonaro (2019) utilizou estratégia parecida, mas dentro da ideia do que entendemos como campanha permanente. Ribeiro aponta como indício do uso da estratégia de campanha permanente quando “o discurso se refere a ações de mandatos passados para demonstrar o que deu certo, e quando ele se refere às próximas eleições como uma forma de resolução para todos os atuais problemas” (p. 21). A seguir alguns trechos do discurso:

Apresento aos senhores um novo Brasil, que ressurgiu depois de estar à beira do socialismo. Um Brasil que está sendo reconstruído a partir dos anseios e dos ideais de seu povo. No meu governo, o Brasil vem trabalhando para reconquistar a confiança do mundo, diminuindo o desemprego, a violência e o risco para os negócios, por meio da desburocratização, da desregulamentação e, em especial, pelo exemplo. [...] Em primeiro lugar, meu governo tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo. (Bolsonaro, 2019, ONU)

Bolsonaro também utilizou um versículo bíblico que usou em sua campanha eleitoral: “E conheceis a verdade, e a verdade vos libertará”. Já em 2022, ele finalizou o discurso nas Nações Unidas com uma frase baseada em seu lema de campanha: “um povo que acredita em Deus, Pátria, família e liberdade”.

Concluimos que a depender da ocasião os discursos diplomáticos podem se configurar como comunicação de Estado ou comunicação de governo.

### 3. Argumentação discursiva como perspectiva de análise

Esta pesquisa tem como propósito identificar a “imagem pública projetada” do Brasil nos discursos diplomáticos. Para tanto, buscamos identificar e analisar as estratégias argumentativas utilizadas nos discursos diplomáticos do Brasil nos encontros da Assembleia Geral da ONU, no período que se estende entre os anos de 1988 até 2022; e os discursos jornalísticos que tratam dos encontros anuais.

O protocolo de análise adotado para o desenvolvimento desta pesquisa faz uso de seis estratégias argumentativas, as quais são propostas por Amossy (2018a; 2018b), encontrando referência também em Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005) e Pozobon (2019). Sendo elas: Analogia, Entimema, Regra de Justiça, Consequência e Ethos. A partir da identificação das estratégias argumentativas avaliamos suas finalidades e destacamos os principais eixos argumentativos de cada período e as imagens públicas projetadas nos discursos. Por fim, avaliamos se a imagem pública projetada do Brasil nos discursos diplomáticos equivale à imagem que é construída pelo jornalismo.

O corpus de análise da pesquisa são a íntegra dos discursos diplomáticos do Brasil na Assembleia Geral da ONU e as reportagens, artigos de opinião e editoriais das edições impressas do jornal *Folha de S. Paulo*, que tratam da participação do Brasil no encontro anual da ONU, no período de 1988 a 2022. A fim de sistematizar a pesquisa, por conta do amplo período de análise, optamos por um recorte priorizando o primeiro e o último ano de cada mandato presidencial. Desta forma, foram analisados 18 discursos diplomáticos e 36 edições impressas do jornal.

Um dos temas mais destacados pelos discursos do Brasil ao longo dos anos é a paz. Ainda que esta seja uma das temáticas sugeridas pela Organização para ser debatida no encontro e, sobretudo, a paz seja uma das missões da ONU, consideramos que ela é acionada nos discursos brasileiros como um valor supremo, na busca da imagem pública de um país pacífico e solidário. O Brasil não tem em sua história recente envolvimento em conflitos armados. E, tradicionalmente, se posiciona contra conflitos entre nações, se colocando a favor de resoluções pacíficas por meio do diálogo. Tal posicionamento diplomático é, portanto, enfatizado por meio dos discursos diplomáticos que buscam consolidar a imagem pacífica do país junto ao cenário internacional.

Observamos que a imagem pública projetada do Brasil nos primeiros discursos analisados era a de um país que caminhava para a consolidação democrática. Enquanto nos últimos

discursos analisados predomina a imagem pública de um país acolhedor em que se pode confiar. O sentido de confiança surge na tentativa de mostrar um país atrativo aos investidores internacionais, mas também de um país confiável e acolhedor nas causas humanitárias, devido às recentes ondas migratórias vividas mundialmente. Abaixo, resumimos os principais eixos argumentativos utilizados nos discursos diplomáticos analisados e as respectivas imagens públicas projetadas.

PERÍODO	PRINCIPAIS EIXOS ARGUMENTATIVOS	IMAGEM PÚBLICA PROJETADA
1988 e 1989	A defesa de que a solução dos conflitos se dá através do diálogo. A democracia surge como um propósito.	Brasil defensor da paz
1990	A cooperação é necessária para o alcance da paz e o fortalecimento da democracia.	País cooperativo e democrático
1994	Em um momento de afirmação democrática, o Brasil defende o desenvolvimento econômico e social – fatores indispensáveis para a paz.	Brasil, país em desenvolvimento
1995	Argumentos baseados na defesa do desenvolvimento, por meio da liberdade econômica e da cooperação. E valorização da democracia.	País pacífico comprometido com a democracia
1998	Defesa da cooperação para o combate da crise financeira mundial.	País pacífico e democrático
1999	Defesa da cooperação para resolução de crises humanitárias.	País em desenvolvimento
2002	Defesa de ações conjuntas para pôr fim aos conflitos.	País solidário e cooperativo
2003	A cooperação para o fim da fome e redução das desigualdades sociais.	País pacífico e harmonioso
2006	O multilateralismo para alcance da paz, do desenvolvimento sustentável e dos direitos humanos.	O Brasil está trabalhando e se desenvolvendo e é cooperativo
2007	Defende que a paz será conquistada através da justiça social mundial. E defesa da proteção climática.	O Brasil está trabalhando e se desenvolvendo e é cooperativo
2010	Argumentos baseados na ideia de que o país coopera com todos, está em pleno desenvolvimento e seguirá trabalhando pela paz, direitos humanos e igualdade. Também reforça a cooperação do eixo Sul-Sul.	País cooperativo e em pleno desenvolvimento
2011	Defesa da cooperação entre as nações para o combate à crise financeira mundial. E as	País cooperativo e solidário

	intervenções militares são atreladas à expansão do terrorismo.	
2014	Defende a cooperação para combate à crise financeira. A integração regional para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento sustentável. E novamente as intervenções militares são atreladas à expansão do terrorismo e aumento dos conflitos.	País cooperativo e solidário
2015	A democracia é defendida com base nos argumentos sobre a força das instituições e da justiça. Na questão climática, o lançamento do plano de redução de emissão de gases de efeito estufa, defendido sob argumento de que o país (um dos poucos em desenvolvimento) iria contribuir para o Painel de Mudança do Clima.	País democrático, pacífico e acolhedor
2018	Argumentos baseados na defesa da diplomacia e do multilateralismo. Os quais são apontados como cruciais para a paz e o para o desenvolvimento sustentável.	País acolhedor e solidário
2019	Defesa de que o combate à ideologia e ao socialismo transformaram o Brasil, o que se faz necessário para a paz, o desenvolvimento, a democracia e os valores conservadores.	Um novo país
2022	Ameniza situação das queimadas na Amazônia sob argumento de que as informações divulgadas na imprensa são falsas. Na saúde, argumento de que o país protegeu a renda das famílias para facilitar o enfrentamento da pandemia.	País acolhedor

*Quadro 1.* Principais eixos argumentativos dos discursos diplomáticos. Fonte: Elaborado pela autora.

Observando o quadro com os principais eixos argumentativos utilizados pelo Brasil nos discursos diplomáticos da Assembleia Geral das Nações Unidas, podemos identificar que nos anos de 1988 e 1989 a democracia surge como o principal propósito defendido pelo Brasil, o país estava em pleno processo de redemocratização, após mais de 20 anos de ditadura militar. Portanto, a democracia como um valor importante para o Brasil aparece nos discursos conforme o período histórico em vive a sociedade brasileira. Em 1990, há a ideia do fortalecimento da democracia; em 1994 falou-se da afirmação democrática; em 1995 a sua valorização, sendo inclusive relacionada à imagem pública do país que é projetada pelo discurso diplomático; novamente em 1998 a imagem do país é relacionada a ela; até 2015 a democracia segue sendo tópico obrigatório nos discursos, mas é em 2015, quando começam os pedidos pelo impeachment da presidente Dilma, que a democracia volta a ser defendida como um dos principais argumentos

do discurso do Brasil na ONU; e em 2019, a defesa da democracia ganha outra perspectiva, no discurso do presidente Bolsonaro o “novo país” (imagem pública projetada do Brasil) traz a ideia de que, após combater os partidos da esquerda e uma possível revolução socialista, a democracia foi novamente garantida.

Em relação à imagem pública projetada do Brasil percebemos que ao longo dos anos há poucas mudanças, muitas vezes essa imagem se repete ou é muito semelhante. O que não é surpreendente já que a condução da política externa nacional respeita muitos valores da tradição diplomática brasileira. Ainda assim, alguns aspectos são interessantes de serem observados como, por exemplo, a imagem pública do Brasil projetava nos discursos durante o governo Lula, que apresenta uma crescente em relação a questão do desenvolvimento. A representação feita sobre o Brasil em 2006 e 2007 é a de um país que está trabalhando e se desenvolvendo, enquanto em 2010 ele alcançou a plenitude do seu desenvolvimento. Essa ideia faz parte da condução da PEB no período. O presidente Lula intensificou a diplomacia presidencial iniciada pelo presidente Fernando Henrique e buscou inserir o Brasil na agenda internacional. Colocando-o como um país disposto a cooperar com as demais nações e reforçando o potencial econômico e social do país no cenário internacional. O que tornou a agenda global do Brasil evidente também para a população brasileira (Miranda, 2019).

Abaixo, apresentamos um quadro com as principais construções noticiosas da *Folha de S. Paulo* em cada período analisado e as respectivas imagens públicas projetadas pelo discurso jornalístico.

PERÍODO	CONSTRUÇÃO NOTICIOSA	IMAGEM PÚBLICA PROJETADA
1988/1989	Apoio sobre o posicionamento do presidente. E destaca as tentativas de solução para a dívida externa em negociações com o FMI.	Não identificamos a construção de uma imagem pública
1990/1994	Para o jornal, Collor representava uma perspectiva de mudança. A imagem do país se mistura à ideia de esperança e transformação relacionados ao presidente.	Transformação/mudança
1995/2002	O jornal apresentou críticas à condução da PEB, mas também favoreceu a construção da imagem de um país e um governo preocupados com a integração regional.	Brasil líder regional
2003/2010	Oposição à condução da PEB e aos discursos do Brasil na ONU. Utiliza estratégia do conflito ao abordar o posicionamento	Descrédito e desconfiança

	brasileiro de crítica às ações militares dos EUA. O jornal demonstra descrédito sobre o governo e a política externa brasileira.	
2011/2015	No início do mandato de Dilma o jornal apresentava simpatia em relação a mudanças na condução da PEB. Também criticou o posicionamento do Brasil quando apresentou críticas às ações militares dos EUA. E em 2014, quando a fala da presidente se aproximou de discurso de campanha.	Não identificamos a construção de uma imagem pública
2018	O jornal expõe posicionamento contrário à condução da PEB e insegurança com os rumos do país após as eleições.	Não identificamos a construção de uma imagem pública
2019/2022	O jornal faz oposição ao discurso do Brasil e sobre a condução da política doméstica e da política externa. Considera que o país estava isolado internacionalmente.	Ineficiência e isolamento

**Quadro 2.** Construções noticiosas e imagem pública projetada no discurso jornalístico. Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nas imagens públicas construídas pelo jornalismo acerca dos discursos do Brasil na ONU e da condução da política externa, comparando o quadro acima com o quadro 1, verificamos que nem sempre a imagem pública projetada do Brasil pelos discursos diplomáticos encontra similaridade na construção noticiosa e na imagem construída pelo jornalismo.

Analisando o quadro acima, verificamos que a chegada de Fernando Collor ao poder foi percebida com esperança pelo jornal *Folha de S. Paulo*, que projetou uma imagem pública de transformação ou mudança sobre o Brasil e a condução da PEB. No período de governo de Fernando Henrique Cardoso, a representação principal foi atrelada à questão da integração regional, o que nos levou a compreender que a imagem pública projetada é a do país como um líder regional. Apesar de termos identificado que as principais imagens públicas que são transmitidas pelos discursos diplomáticos neste período sejam atreladas aos valores de pacifismo, democracia, solidariedade e cooperação, entendemos que há uma proximidade entre a mensagem que o governo deseja transmitir e a imagem construída pelo jornalismo. Isto porque a integração regional foi uma importante pauta desenvolvida pelo governo FHC no âmbito da política externa.

Já no período em que Lula esteve na presidência (2003/2010) a *Folha de S. Paulo* manifestou oposição ao governo e à condução da PEB, projetando uma imagem pública de descrença e desconfiança. Durante os mandatos de Dilma Rousseff a análise do corpus de pesquisa não foi suficiente para que pudéssemos apontar qual a imagem pública o jornal

construiu sobre os discursos diplomáticos. Constatamos que no início do mandato da ex-presidente a Folha percebeu mudanças na condução da PEB e as avaliou como positivas. Porém, sabemos que o jornal, a exemplo da maior parte dos veículos da grande imprensa, fez oposição ao governo e apoiou o impeachment de Dilma Rousseff (Prates e Pozobon, 2017; Weber, et.al, 2017). Do período em que Michel Temer esteve na Presidência da República analisamos somente o discurso diplomático do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 2018. Identificamos que a *Folha de S. Paulo* manifestou oposição à condução da PEB, mas não conseguimos definir qual imagem pública é construída.

Por fim, a análise da construção noticiosa da Folha sobre os discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro nas Nações Unidas nos permitiu identificar que a imagem pública projetada é de ineficiência sobre a condução da PEB e de isolamento internacional do país – diferente da imagem pública que o discurso diplomático deseja transmitir que é de um novo país e de um Brasil acolhedor.

Confirmamos que há períodos em que a construção noticiosa marca oposição ao governo federal e à condução da política externa, como nos governos de Lula da Silva, de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Em relação ao período Lula evidenciamos que se confirma a ideia de que a imagem pública projetada nos discursos diplomáticos é antagônica à imagem construída pelo jornalismo. O mesmo pode ser dito sobre as imagens publicas projetadas no período Bolsonaro. Mas não são em todos os períodos analisados que o jornal *Folha de S. Paulo* se posicionou contrário às políticas adotadas. No período FHC constatamos que em alguns momentos o jornal apresentou críticas à condução da PEB, mas favoreceu a construção da imagem de um país e de um governo preocupados com a integração regional.

Mesmo que em alguns momentos tenhamos evidenciado simplificações e generalizações na construção noticiosa, na maior parte dos textos analisados há evidências de posicionamento e apontamentos críticos tanto sobre os discursos do Brasil quanto sobre a condução da política externa e também da política doméstica. A ideia de mediação nas negociações não significa, necessariamente, uma participação direta na resolução de um conflito, mas pode possibilitar um movimento diplomático no sentido da mudança nos discursos ou mesmo na elaboração de alguma proposta política. Neste sentido, consideramos também que os discursos projetam o Ethos jornalístico de instituição fiscalizadora e atenta aos acontecimentos da esfera política.

#### 4. Considerações Finais

A realização da pesquisa nos permite observar que a atuação do jornalismo enquanto ator político permite a construção de opiniões públicas e de disseminação de valores sobre a política externa nacional. Os conceitos relacionados à diplomacia pública e da mídia, neste sentido, reforçam a importância do jornalismo enquanto instituição social e política influente no campo diplomático e, da mesma forma, indispensável no cenário democrático mundial.

A análise argumentativa nos permitiu identificar alguns aspectos além da imagem pública que a diplomacia deseja transmitir sobre o Brasil nos encontros anuais da Assembleia Geral das Nações Unidas. Identificamos que a paz surge como um dos valores mais presentes nos discursos, ao lado da valorização da democracia, do desenvolvimento sustentável, da defesa dos direitos humanos e da solidariedade. Aspectos ligados às diretrizes da condução da política externa como, cooperação, multilateralismo e integração regional, também são temas recorrentes nos discursos em diferentes governos. Podemos afirmar que os temas ligados à tradição diplomática brasileira perpassam todos os governos, sendo temas comuns e que auxiliam na imagem pública que é projetada sobre o país nas Nações Unidas.

A defesa da cooperação internacional é realizada por quase todos os representantes do Brasil, sendo um valor da diplomacia brasileira. Ela surge em temas como solução para crise econômica, conflitos ou desenvolvimento das nações. O multilateralismo é outro tema bastante presente no discurso do Brasil, sendo defendido nos discursos na ONU, ao menos desde o ano de 1990. A integração regional é outro processo muito abordado nos discursos diplomáticos do Brasil há várias décadas. Dentre os textos que analisamos, ela foi defendida na ONU durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Conforme Miranda (2019), a integração regional sofreu forte declínio a partir do governo de Michel Temer, apesar de ele ter defendido a temática em seu discurso. A integração regional no período de Temer e Bolsonaro sofreu com um “esvaziamento da Unasul e as novas orientações para o Mercosul acabaram levando tais espaços para o caminho do regionalismo aberto, pautado exclusivamente em questões econômicas” (Maringoni et al., 2021).

A reforma da ONU e do Conselho de Segurança também são defendidos em todos os discursos, desde o ano de 1989, isto porque o Brasil deseja ocupar uma vaga permanente no órgão. Os membros permanentes do Conselho são cinco: EUA, Rússia, China, França e Reino Unido. E somente eles têm poder de veto, o que significa que podem autorizar intervenções

contra outras nações em casos de ameaças à paz. Podem ainda impor embargos ou sanções comerciais.

Na análise dos discursos jornalísticos, podemos identificar que há uma mudança significativa na forma como se dá a construção noticiosa ao longo dos anos. Os primeiros textos analisados traziam reportagens descritivas sobre os acontecimentos envolvendo a política externa nacional. Mesmo as fontes de informação eram restritas aos líderes que haviam discursado na Assembleia da ONU. Verificamos nestas reportagens o uso da citação das falas em ordem direta, reiterando e reforçando os argumentos utilizados no discurso diplomático.

Entretanto, os textos atuais demonstram uma posição crítica do jornalismo, com reportagens que comparam os discursos anteriores dos líderes na Assembleia e discutem possíveis pontos que podem ser debatidos. Percebemos um posicionamento crítico e, em alguns casos, enquadramentos de oposição aos pronunciamentos e às conduções da política externa nacional, como nos governos de Lula da Silva, de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Em relação ao período Lula, evidenciamos que se confirma a ideia de que a imagem pública projetada nos discursos diplomáticos é antagônica à imagem construída pelo jornalismo. O mesmo pode ser dito sobre as imagens públicas projetadas no período Bolsonaro. No período FHC, constatamos que em alguns momentos o jornal apresentou críticas à condução da PEB, mas favoreceu a construção da imagem de um país e de um governo preocupados com a integração regional.

Compreendendo que o jornalismo atua como um mediador das negociações internacionais, consideramos que em algum sentido a ideia de “diplomacia da mídia intermediadora” é identificada na construção discursiva. Mesmo que em alguns momentos tenhamos evidenciado simplificações e generalizações na construção noticiosa, na maior parte dos textos analisados há na construção noticiosa um posicionamento e apontamentos críticos, tanto sobre os discursos do Brasil quanto sobre a condução da política externa e também da política doméstica. Entendemos que a ideia de mediação nas negociações não significa, necessariamente, uma participação direta na resolução de um conflito, mas pode possibilitar um movimento diplomático no sentido da mudança nos discursos ou mesmo na elaboração de alguma proposta política. Neste sentido, consideramos também que os discursos projetam o Ethos jornalístico de instituição fiscalizadora e atenta aos acontecimentos da esfera política. Nesta relação há um movimento de tensionamento entre a diplomacia e a comunicação.

Pontuamos que a relação da opinião pública, da mídia e das relações internacionais alerta a um outro aspecto relevante que é a interferência das redes sociais na divulgação de acontecimentos internacionais. A capacidade de “viralização” de notícias nas redes, as bolhas de informação e a polarização política são fatores que exigem atenção do jornalismo. Através da divulgação de vídeos e informações, a opinião pública também tem a capacidade de promover uma espécie de agendamento sobre o jornalismo e sobre os tomadores de decisão quando o debate sobre os acontecimentos envolvendo a política internacional se dissemina nas redes sociais (Oliveira e Farias, 2022). Embora em algumas situações o jornalismo possa perder a primazia na divulgação de acontecimentos internacionais, ainda é a instituição oficial para dar aos fatos a chancela de veracidade e, sobretudo, tem o comprometimento de apuração das informações. Mais um aspecto que reforça a necessária aproximação entre a diplomacia e a comunicação para o bom andamento das relações exteriores dos países.

A mídia também exerce importante papel na construção e disseminação de imagens públicas, especialmente em situações de crise ou sobre temas que tenham potencial de gerar crises. E a atuação do governo junto aos meios de comunicação é indispensável para dar as respostas que serão exigidas pela opinião pública e obter apoio da comunidade internacional e nacional (Cirino et al., 2019). Neste sentido, a atuação da mídia se mostra relevante para o processo de intermediação das questões da política externa brasileira no exterior.

Para concluir os apontamentos da pesquisa, consideramos que o jornal poderia aprofundar e problematizar os assuntos abordados se acionasse mais fontes especialistas para falar de temas que são debatidos na Assembleia Geral das Nações Unidas. Um exemplo seria aprofundar o debate sobre as propostas do Brasil em relação à questão climática. Em dois momentos o jornal criticou propostas do país, uma vez sobre o uso de biocombustíveis (governo Lula) e em outro momento sobre o plano de redução da emissão dos gases de efeito estufa (governo Dilma), mas trouxe pouca explicação técnica sobre a efetividade das propostas apresentadas. Outro tema que poderia ser aprofundado, por meio de fontes especialistas, é a reforma do Conselho de Segurança. Desde 1989 o assunto é debatido pelo Brasil que deseja ocupar um assento como membro permanente do Conselho. Temas mais complexos como as relações bilaterais do Brasil, sobre os termos de cooperação com outros países ou sobre o Mercosul também são pouco aprofundados e mereceriam melhor debate para que os leitores pudessem compreender como as questões relativas à política externa afetam a vida cotidiana.

E, por fim, concluímos que a análise das estratégias argumentativas presentes nos discursos se apresenta como uma perspectiva metodológica que contribui com as pesquisas em comunicação e em comunicação e política, oferecendo uma sistematização que contribui para a compreensão de questões nem sempre explícitas nos discursos.

## 5. Referências Bibliográficas

- Amossy, R. (2018a). *A argumentação no discurso*. Contexto.
- Amossy, R. (2018b). *Imagens de si no discurso: A construção do ethos* (2nd ed.). Contexto.
- Amossy, R. (2016). É possível integrar a argumentação na análise do discurso? Problemas e desafios. *ReVEL*, 14(12).
- Amossy, R. (2008). Argumentation et analyse du discours: Perspectives théoriques et découpages disciplinaires. *Argumentation et Analyse du Discours*, (1).  
<http://aad.revues.org/index200.html>
- Amossy, R. (2007). O lugar da argumentação na análise do discurso: Abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, (9), 121–146.
- Bolsonaro, J. M. (2019, 24 de setembro). *Pronunciamento do Presidente Jair Bolsonaro na Abertura do Debate Geral da 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas*. Nações Unidas.  
[https://estatements.unmeetings.org/estatements/10.0010/20200922/cVOFMr0rKnhR/IIeAuB7WE9ug\\_en.pdf](https://estatements.unmeetings.org/estatements/10.0010/20200922/cVOFMr0rKnhR/IIeAuB7WE9ug_en.pdf)
- Charaudeau, P. (2012). *Discurso das mídias* (2nd ed.). Contexto.
- Cirino, T., Leite, A., & Nogueira, S. (2019). Mídia e política externa brasileira: A diplomacia midiática na crise do impeachment de Dilma (2016). *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 42(1), 57–71.
- Gilboa, E. (2001). Diplomacy in the media age: Three models of uses and effects. *Diplomacy & Statecraft*, 12(2), 1–28.
- Maringoni, G., Romano, G., & Berringer, T. (Eds.). (2021). *As bases da política externa bolsonarista: Relações internacionais em um mundo em transformação*. EdUFABC.
- Miranda, S. P. (2019). A “Nova Política Externa Brasileira” de Temer para a América do Sul. *Conjuntura Austral*, 10(51), 126–138.
- Oliveira, I. E. A., & Farias, S. A. H. (2022). Conceitos e teorias relevantes para a pesquisa nas áreas de mídia, opinião pública e relações internacionais. In F. R. Melo, S. G. Nogueira,

- & T. S. H. Ferreira (Eds.), *Mídia, opinião pública e política internacional* (Vol. 1, pp. 33–56). Fafich/Selo PPGCOM/UFGM.
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (2005). *Tratado da argumentação: A nova retórica* (2nd ed.). Martins Fontes.
- Pimentel, P., & Panke, L. (2020). Discursos diplomáticos: Objeto de pesquisa da comunicação política. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 43(2), 53–71.
- Pozobon, R. (2019). A argumentação enquanto perspectiva teórico-metodológica para estudos de mídia e política. In *Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA)*, 15 a 17 de maio de 2019, Brasília, DF. [http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT6/gt6\\_Pozobon.pdf](http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT6/gt6_Pozobon.pdf)
- Prates, A., & Pozobon, R. (2020). Política externa brasileira: A imagem pública programada nos discursos diplomáticos e jornalísticos. *Culturas Midiáticas*, 13(2), 57–74.
- Prates, A., & Pozobon, R. (2017). Relações entre mídia e política: Enquadramentos dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* acerca do impeachment de Dilma Rousseff [Master's thesis]. Universidade Federal de Santa Maria.
- Rousseff, D. (2011, 21 de setembro). *Em discurso histórico na Assembleia Geral, Dilma Rousseff destaca papel de liderança global das mulheres*. Nações Unidas Brasil. <https://brasil.un.org/pt-br/57860-em-discurso-hist%C3%B3rico-na-assembleia-geral-dilma-rousseff-destaca-papel-de-lideran%C3%A7a-global>
- Weber, M. H., Becker, C., Cesar, C., & Gallas, D. (2016). Manifestações e votos sobre o impeachment de Dilma Rousseff, na primeira página de jornais brasileiros. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, 13, 96–113.